

**Odontologia para pacientes especiais: análise da composição curricular das instituições  
públicas do Brasil**

**Dentistry for special patients: analysis of the curricular composition of Brazilian public  
institutions**

**Odontología para pacientes especiales: análisis de la composición curricular de las  
instituciones públicas Brasileñas**

Recebido: 20/11/2019 | Revisado: 21/11/2019 | Aceito: 01/12/2019 | Publicado: 12/12/2019

**Olga Batista Cipriano**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4274-0037>

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

E-mail: [olgacipriano2009@hotmail.com](mailto:olgacipriano2009@hotmail.com)

**Ana Karina Almeida Rolim**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6910-2898>

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil

E-mail: [k\\_rolim19@hotmail.com](mailto:k_rolim19@hotmail.com)

**Maria Angélica Sátyro Gomes Alves**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3329-8360>

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

E-mail: [angelicasatyro@hotmail.com](mailto:angelicasatyro@hotmail.com)

**Abrahão Alves de Oliveira Filho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7466-9933>

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

E-mail: [abrahao.farm@gmail.com](mailto:abrahao.farm@gmail.com)

**Gymenna Maria Tenório Guênes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5447-0193>

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

E-mail: [abrahao.farm@gmail.com](mailto:abrahao.farm@gmail.com)

**Camilla Helena Machado da Costa Figueiredo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1340-4042>

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

E-mail: [camila\\_helena\\_@hotmail.com](mailto:camila_helena_@hotmail.com)

**Elizandra Silva da Penha**

## Resumo

Analisar dentre as instituições públicas do Brasil, as disciplinas voltadas ao atendimento de pacientes portadores de necessidades especiais nos cursos de odontologia. Trata-se de um estudo observacional, documental, transversal e de abordagem quantitativa, onde a metodologia adotada foi descrita por Penha e Bonato. Um formulário foi preenchido com informações sobre presença da disciplina, nomenclatura, quantidade de horas, integração disciplinar, caráter optativo ou obrigatório e se a disciplina era teórica ou prática foram coletadas por meio de sites oficiais dos cursos. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, 100% das instituições públicas, ofertam a disciplina de pacientes com necessidades especiais. No Nordeste, Sudeste e Sul apenas 55%, 71% e 50%, respectivamente, fornecem esse ensino. A maioria das disciplinas sobre pacientes especiais, quando presentes, são ofertadas nos últimos períodos do curso de graduação, sendo a maioria (32%) no 9º período. Com relação as demais características analisadas (nomenclatura, quantidade de horas, caráter optativo ou obrigatório, teórico ou prático) foi possível perceber uma variação por instituição. Constatou-se que algumas instituições não possuem a disciplina na sua grade curricular, no entanto, a sua inclusão é muito importante para a formação de um profissional que atue sobre uma nova lógica, voltada para a humanização e a integralidade do cuidado.

**Palavra-chave:** Educação; Capacitação Profissional; Pessoas com Deficiência.

## Abstract

Analyze among the public institutions in Brazil, the disciplines focused on the care of patients with special needs in dentistry courses. This is an observational, documentary cross-sectional study of quantitative approach, where the adopted methodology was described by Penha and Bonato. A form was produced and information about the existence of the discipline, nomenclature, number of hours, disciplinary integration, optional or compulsory discipline and whether the discipline was theoretical or practical were collected on the official websites of the courses. In the North and Midwest, 100% of public institutions offer the discipline of special patients. In the Northeast, Southeast and South only 55%, 71% and 50%, respectively, provide this education. When present, some disciplines about special needs patients are offered in the last periods of the undergraduate course, the majority (32%) in the 9th period.

Regarding the other characteristics analyzed (nomenclature, number of hours, period offered, optional or compulsory character, theoretical or practical) it was possible to notice a variation by institution. It appears that some institutions do not have the discipline in their curriculum, however, its inclusion is very important for the formation of a professional who acts on a new logic, focused on humanization and comprehensive care.

**Descriptors:** Education; Professional Training; Disabled people.

### **Resumen**

Analizar entre las instituciones públicas de Brasil, las disciplinas centradas en la atención de pacientes con necesidades especiales en cursos de odontología. Este es un estudio observacional, documental, transversal y de enfoque cuantitativo, donde la metodología adoptada fue descrita por Penha y Bonato. Se rellenó un formulario con información sobre la presencia del curso, la nomenclatura, el número de horas, la integración disciplinaria, el carácter opcional u obligatorio y si la disciplina era teórica o práctica se recolectó a través de los sitios web oficiales del curso. En el norte y medio oeste, el 100% de las instituciones públicas ofrecen la disciplina de pacientes con necesidades especiales. En el noreste, sureste y sur, solo el 55%, el 71% y el 50%, respectivamente, brindan esta educación. La mayoría de las materias en pacientes especiales, cuando están presentes, se ofrecen en los últimos períodos del curso de pregrado, con la mayoría (32%) en el noveno período. En cuanto a las otras características analizadas (nomenclatura, número de horas, carácter opcional u obligatorio, teórico o práctico) fue posible percibir una variación por institución. Parece que algunas instituciones no tienen la disciplina en su plan de estudios, sin embargo, su inclusión es muy importante para la formación de un profesional que actúe sobre una nueva lógica, centrada en la humanización y la atención integral.

**Palabra clave:** Educación; Capacitación profesional; Personas con deficiencia.

### **Introdução**

Paciente com necessidades especiais (PNE), é aquele indivíduo que possui determinada condição que necessita de atendimento diferenciado durante parte de sua vida ou indefinidamente, precisando de cuidados médicos e odontológicos direcionados, especificamente por sua condição. Assim sendo, os profissionais da área da saúde devem estar preparados para oferecer um tratamento adequado e de qualidade para esses pacientes (MORETTO; AGUIAR; REZENDE, 2014; OLIVEIRA; GIRO, 2011).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 6,2% da população brasileira possui algum tipo de deficiência. Dessas, 3,6% são portadoras de deficiência visual, 1,1% apontam algum nível de deficiência auditiva, 0,8% deficiência intelectual e 1,3% alguma deficiência física não citada. A maioria das pessoas com deficiência intelectual, física e auditiva não possuem instrução e nem ensino fundamental completo (BRASIL, 2015).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Odontologia no Brasil, vigentes desde 2002, a formação do cirurgião-dentista deve capacitá-lo a atuar em todos os níveis de atenção à saúde e, para isso, deve haver uma formação generalista (DITTERICH; PORTERO; SCHIMIDIT, 2007). Segundo a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu artigo 53º, Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras devem estabelecer a programação curricular de cada curso, garantindo a sua autonomia didático-científica. A Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais (OPNE), não é citada como conteúdo essencial a ser abordado na odontologia, pela resolução 03 da Câmara de Educação Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação (CNE), no seu artigo 6º. Desse modo, cabe à IES optar por oferecer ou não esse conteúdo em sua estrutura curricular (BRASIL, 1996).

Os PNEs precisam de ajuda para a manutenção da saúde bucal, no entanto, enfrentam dificuldades na busca de profissionais capacitados para atendê-los. Existe uma lacuna em relação à formação para atender pessoas com deficiências físicas e mentais, assim, os cirurgiões-dentistas não se sentem seguros e capacitados para o atendimento <sup>6</sup>. A falta de conhecimento da área pode ser reflexo das fragilidades que alguns cursos de graduação podem deixar na formação profissional (CASTRO, 2010).

Apesar de não ser uma disciplina obrigatória, é importante que o atendimento para pacientes com necessidades especiais seja abordado durante a graduação, de modo que se forme profissionais aptos a prestarem atendimento a essa população, além de preparados para atuarem de maneira multidimensional e sem distinções. Portanto, o objetivo desse trabalho é conhecer, através do componente curricular, a forma com a qual a temática de pacientes com necessidades especiais é ofertada nos cursos de Odontologia das universidades públicas brasileiras, levando em consideração a presença e a forma como é aplicada a disciplina de Pacientes Portadores de Necessidades Especiais.

## **Metodologia**

O estudo trata-se de uma pesquisa observacional, transversal, documental e com abordagem quantitativa. Pelo não envolvimento de seres humanos e pelo material ser considerado de domínio público (dados secundários), foi dispensada sua apreciação pelo comitê de ética.

A amostra foi constituída pelos planos pedagógicos dos cursos de odontologia das Universidades públicas. Os cursos foram identificados na base de dados oficial e única de informações relativas às IES, por meio do endereço eletrônico do Ministério da Educação ([www.emec.mec.gov.br](http://www.emec.mec.gov.br)). Em seguida, a busca se destinou as páginas das instituições públicas do Brasil, com o objetivo de obter, em cada uma, o plano pedagógico do curso de odontologia.

A metodologia adotada foi descrita por Bonato et al. (2013) e Penha et al. (2018), onde a coleta de dados se deu através de um formulário, preenchido de acordo com informações presentes no plano pedagógico de cada instituição. Ao ser verificado a presença de conteúdos relacionados ao atendimento de PNE foram coletadas as seguintes variáveis: nomenclatura, natureza (teórica, clínica ou teórico/clínica), semestre no qual a disciplina é ofertada, caráter obrigatório ou optativo, integração disciplinar, carga horária, assim como se a disciplina apresentava algum pré-requisito.

Foram incluídos no estudo todos os cursos de Odontologia, das instituições públicas do Brasil, que se encontram em atividade no ano de 2019. As instituições que não possuem canais de comunicação oficiais e que não apresentaram sua estrutura curricular completa disponível via web foram excluídas.

Os dados foram montados e tabulados utilizando o programa Microsoft® Excel versão 2010, sendo apresentados em tabela e quadro e analisados através de estatísticas descritivas.

## **Resultados**

O Brasil possui um total de cinquenta e sete instituições públicas, que ofertam o curso de odontologia em atividade. A maior parte está concentrada na região Sudeste (21) e Nordeste (20). Apenas uma pequena parcela se distribui nas demais regiões: Sul (10), Norte (3) e Centro-Oeste (3).

Os resultados mostraram que dentre cinquenta e sete IES, trinta e sete ofertam alguma disciplina sobre PNEs. Quanto a apresentação ser obrigatória ou optativa, a pesquisa evidenciou que as regiões Nordeste, Sudeste e Sul ofertam a maioria de modo opcional. Todas as disciplinas sobre PNEs do Norte são obrigatórias (Tabela 1).

**Tabela 1.** Distribuição da presença da disciplina de PNE e sua característica (optativa ou obrigatória) nos cursos de Odontologia das instituições públicas do Brasil.

	<b>PRESENÇA DA DISCIPLINA</b>	<b>OPTATIVA</b>	<b>OBRIGATÓRIA</b>
<b>CENTRO OESTE</b>	100%	50%	50%
<b>NORDESTE</b>	55%	55%	45
<b>NORTE</b>	100%	-	100%
<b>SUDESTE</b>	71%	60%	40%
<b>SUL</b>	50%	60%	40%

Ao analisar se as disciplinas são teóricas, práticas ou teórico-práticas, os resultados mostraram que a maioria delas possuem as duas características, ou seja, são teórico-práticas (Tabela 2). Também foi visto que uma grande quantidade de disciplinas sobre PNEs exigem pré-requisitos (Tabela 3).

**Tabela 2.** Total da quantidade de disciplinas teóricas, práticas e teórico-práticas, sobre PNEs, por região do Brasil.

	<b>TEÓRICA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>TEÓRICO-PRÁTICA</b>	<b>NÃO CONSTA INFORMAÇÃO</b>
<b>CENTRO OESTE</b>	33%	-	67%	-
<b>NORDESTE</b>	27%	-	64%	9%
<b>NORTE</b>	-	-	67%	33%
<b>SUDESTE</b>	-	-	100%	-
<b>SUL</b>	40%	-	60%	-

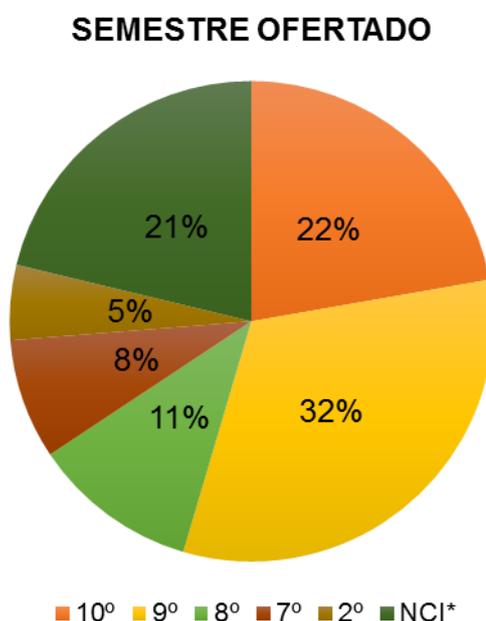
**Tabela 3.** Presença e ausência de pré-requisitos para as disciplinas sobre PNEs, por região do Brasil.

<b>POSSUI PRÉ –</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO CONSTA</b>
---------------------	------------	-------------------

	REQUISITO	POSSUI PRÉ - REQUISITO	INFORMAÇÃO
CENTRO OESTE	100%	-	-
NORDESTE	45%	19%	36%
NORTE	67%	-	33%
SUDESTE	80%	7%	13%
SUL	60%	20%	20%

Com relação ao semestre ofertado, a maioria, 32%, das disciplinas são ofertadas no 9º período (Gráfico 1). Sobre a carga horária, aproximadamente, 76% possuem igual ou mais de 40h e 24% correspondem a carga horária inferior.

**Gráfico 1.** Semestre em que é ofertado a disciplina sobre PNEs, nos cursos de odontologia de caráter público, no Brasil.



\* NCI: Não consta a informação.

Ao analisar a nomenclatura, o estudo evidenciou uma variação de acordo com cada instituição de ensino. Tópicos Especiais em Saúde Bucal, Atenção Integral ao PNE,

Promoção de Saúde com PNE e Atenção Odontológica para Crianças e Adolescentes com Deficiência são alguns dos exemplos encontrados.

Por fim, levando em consideração a integração disciplinar, a pesquisa mostrou que 76% das disciplinas teórico-práticas, são ofertadas de maneira especializada e não conexa as demais, enquanto 24% funcionam em clínica regular, de forma inclusiva.

## **Discussão**

O relatório final da Conferência Nacional de Saúde Bucal (CNSB), realizada em 2004, aponta uma falha na compreensão crítica das necessidades sociais durante a formação dos trabalhadores da saúde bucal. Ainda segundo ele, as universidades devem analisar a organização dos planos pedagógicos de cursos de odontologia, de modo que seja incluído e abordado integralmente as necessidades especiais dos pacientes (situações epidêmicas, crônico-degenerativas, deficiências genéticas, nutricionais, físicas, mentais e outras) (BRASIL, 2005). No presente estudo pôde-se constatar que das cinquenta e sete IES brasileiras que possuem cursos de Odontologia, trinta e sete abordam essa temática na forma de disciplina. Isso demonstra que há uma preocupação dessas instituições em fornecer esse ensino durante a graduação.

Tem sido observado nos cursos de graduação, a crescente criação de serviços especializados para atender os PNEs, o que pode implicar no fortalecimento de ações de segregação. Levando em consideração a perspectiva inclusiva, o ideal seria buscar estratégias de atendimento na clínica regular, sempre que possível. Isso pode ser viabilizado por meio da adoção de medidas de acessibilidade e de capacitação do profissional para a interação com esses pacientes (MORAES et al., 2006). Segundo os dados da nossa pesquisa, 76% das disciplinas teórico-práticas funcionam isoladamente. Não se sabe se o atendimento a esses pacientes é realizado em outras clínicas de maneira regular.

O Brasil possui, aproximadamente, 15% da sua população com alguma deficiência - motora, visual, auditiva, mental ou física - que faz com que a mesma necessite de um atendimento diferenciado. Quanto mais cedo se iniciar o acompanhamento desses pacientes e maior for a dedicação do profissional, melhores são as chances de obter bons resultados (GONÇALVES, 2012). Logo, embora a disciplina sobre PNE não seja obrigatória, ela é essencial para a formação de profissionais capazes de lidar com a individualidade de cada paciente. No presente estudo, vinte universidades ofertavam a disciplina de forma optativa (54%), enquanto dezessete dispõe de maneira obrigatória (46%). De acordo com Cancin et al.

(2005), a falta de experiência clínica durante a graduação gera dificuldade e insegurança no profissional ao se deparar com esses pacientes.

Um estudo realizado em 2013, por meio de dados de sites de órgãos oficiais, encontrou 221 instituições (públicas e privadas) de ensino superior ofertando o curso de graduação em Odontologia no Brasil e que apenas 27,86% apresentaram oferta de disciplina relativa à Odontologia para PNE (BONATTO et al., 2013). Anos depois, é possível perceber algumas mudanças, acompanhando uma crescente preocupação com o atendimento de pacientes especiais. Uma vez que em todas as regiões, mais da metade das instituições públicas, já abordam, no ano de 2019, a área de PNEs na grade curricular.

Conhecer a forma em que o conteúdo está sendo ofertado e caracterizá-lo é de fundamental importância para entender como o ensino dessa especialidade está sendo abordado nos cursos de Odontologia (PENHA et al., 2018). É importante levar em consideração não somente a ausência da disciplina em algumas instituições, mas também a forma em que se é aplicada, quando presente. Pois, uma grande parte é ofertada em caráter optativo, o que implica que apesar de constar na grade curricular daquela instituição, nem todos os alunos do curso irão contemplá-la.

Em 2013, na Universidade Federal do Ceará, foi realizado uma pesquisa sobre o atendimento a pacientes especiais em unidades básicas de saúde. Um total de quarenta e quatro cirurgiões-dentistas responderam ao questionário, mostrando que trinta e seis deles (81,8%) atendiam pacientes especiais, vinte e nove (65,9%) realizavam exame clínico e orientação de higiene bucal ao paciente e cuidador, e cinco (11,3%) realizavam apenas exame clínico e encaminhavam para especialistas. Nove (20,5%) tiveram disciplina direcionada para esse tipo de usuário. Concluiu-se que apesar dos pacientes especiais da rede pública estarem recebendo acesso à atenção em saúde bucal, a resolutividade do tratamento parecia estar prejudicada, sendo necessário fazer o encaminhamento para outros serviços (LAWRENCE et al., 2014).

Seis anos após esse estudo, realizado por Lawrence et al. (2014), é possível perceber um progresso para a resolutividade dessa problemática, visto que a prática clínica tem sido mais incorporada, pois a maioria das instituições que incluem a disciplina de PNEs na sua grade, estão ofertando-a de maneira teórico-prática e não somente teórica, como era mais caracterizada em anos anteriores.

O resultado desse trabalho evidenciou a presença de algumas lacunas nas estruturas curriculares dos cursos de odontologia; considerando a formação de profissionais aptos ao atendimento de pessoas com necessidades especiais. Apesar das propostas pedagógicas

apresentarem tendências socialmente avançadas, existem alguns quesitos a serem refletidos no que diz respeito a articulação de conteúdos e montagem de um sistema de atenção integral (GOMES et al., 2009).

O ensino universitário é fruto de profundas transformações econômicas, políticas, culturais e sociais ocorridas ao longo da história contemporânea no mundo e no Brasil. Na odontologia, é preciso desenvolver um perfil generalista, com profissionais qualificados e habilitados à assistência à saúde (LAGE et al., 2017). É desejável que as mudanças educacionais estejam sempre acompanhadas de inovação, com o olhar cada vez mais abrangente, com sensibilização e mobilização. O envolvimento do ensino sobre PNE na graduação é, sem dúvida, um passo significativo no que se refere a inclusão social, acesso odontológico e formação integral.

Apesar de todas as instituições pesquisadas, disponibilizarem sua grade curricular via web, houve dificuldade, durante o estudo, devido algumas fornecerem informações incompletas. Os dados disponíveis deveriam ser mais completos e dinâmicos, de modo que facilitasse o acesso de todos que se interessassem em conhecer os conteúdos abordados nos cursos. A presença de um plano pedagógico padronizado também facilitaria a leitura dos materiais.

## **Conclusão**

Nas regiões Norte e Centro-Oeste todos os cursos de odontologia, das Instituições públicas, ofertam a disciplina de pacientes especiais. No Nordeste, Sudeste e Sul a maior parte das instituições fornecem esse ensino. Com relação as demais características analisadas - nomenclatura, quantidade de horas, integração disciplinar, período ofertado, caráter optativo ou obrigatório, teórico ou prático - foi possível perceber uma variação por região. Os planos pedagógicos, embora presentes nos sites das instituições, em alguns casos forneciam informações incompletas, o que pode caracterizar-se como uma limitação durante esse estudo, devido à ausência de algumas características das disciplinas.

O presente trabalho corresponde a uma realidade de instituições públicas, não envolvendo os cursos de odontologia das instituições privadas. Estudos contemplando toda a rede de ensino superior dariam um panorama mais abrangente sobre como o tema está sendo tratado nos cursos de Odontologia.

A análise da presença de projetos de extensão sobre pacientes especiais nos cursos de graduação é uma sugestão para abordagem futura dessa temática, pois apesar de não ser uma

disciplina, contribui de maneira significativa no preparo dos cirurgiões dentistas para fornecer assistência a esse grupo.

## Referências

Andradre, A. P. P.; Eleutério, A. S. L. (2015). Pacientes portadores de necessidades especiais: abordagem odontológica e anestesia geral. *Rev de Odontologia da UNESP*, 72 (12) 66-69.

Bonato, L. L. et al. (2013). Situação atual da formação para assistência de pessoas com necessidades especiais nas faculdades de odontologia no Brasil. *Rev ClipseOdonto*, 5 (1) 10-15.

Brasil (2005). Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde (CNS). 3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal: acesso e qualidade superando exclusão social. Brasília. Recuperado em maio de 2019.

Brasil (2015). Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2015). Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência, 2015. Recuperado em abril de 2019 de <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>.

Brasil (1996). Lei nº 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: *Diário Oficial da União*. Seção I, p. 27834-27841.

Cancino, C. M. H. et al. (2005). *Tese de doutorado na odontologia*. Odontologia para pacientes com necessidades especiais - Percepções, sentimentos e manifestações de alunos e familiares de pacientes. Faculdade de Odontologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Castro, A. M. et al. (2010). Avaliação do tratamento odontológico de pacientes com necessidades especiais sob anestesia geral. *Rev Odontol UNESP*, 39 (2) 137-142.

Ditterich, R. G.; Portero, P. P.; Schmidt, L.M. (2007). A preocupação social nos currículos de odontologia. *Rev ABENO*, 7 (1) 58-62.

Gomes, M. J. et al (2009). A percepção dos docentes do Curso de Odontologia da UFES em relação à necessidade de inclusão da disciplina denominada “Atendimento Odontológico a Pacientes Portadores de Necessidades Especiais”. *Rev Bras Pesqui Saúde*, 11 (1) 33-39.

Gonçalves J. B. (2012) *Trabalho de conclusão de curso (TCC) na odontologia. Atendimento odontológico a pacientes especiais: uma revisão de literatura*. Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

Lage, R. H et al (2017). Ensino e Aprendizagem em Odontologia: Análise de Sujeitos e Práticas. *Rev Bras Educ Med*, 41 (1) 22-29.

Lawrence, H. et al (2014). Acesso à saúde bucal pública pelo paciente especial: a ótica do cirurgião-dentista. *Rev Bras Promoç Saúde*, 27 (2) 190-197.

Moraes, A. B. A. et al. (2006). Verbalizações de alunos de odontologia sobre a inclusão social de pessoas com deficiência. *Rev Psicologia*, 11 (3) 607-615.

Moretto, M. J.; Aguiar, S. M. H. C. A.; Rezende, M. C. R. A (2014). Reflexões sobre a importância da assistência odontológica preventiva e do adequado treinamento dos Cirurgiões-Dentistas para o atendimento de pessoas com deficiência. *Rev Arch Health Invest*, 3 (3), 58-64.

Oliveira, A. L. B. M.; Giro, E. M. A. (2011). Importância da abordagem precoce no tratamento odontológico de pacientes com necessidades especiais. *Rev Odontol UNESP*, 19 (38), 45-51.

Penha, E. S. et al. (2018). Caracterização do componente curricular: Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais nos cursos de Odontologia do estado da Paraíba. *Rev ABENO*, 18 (2) 13-19.

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Olga Batista Cipriano – 14,32%

Ana Karina Almeida Rolim – 14,28%

Maria Angélica Sátyro Gomes Alves – 14,28%

Abrahão Alves de Oliveira Filho – 14,28%

Gymenna Maria Tenório Guênes – 14,28%

Camilla Helena Machado da Costa Figueiredo – 14,28%

Elizandra Silva da Penha – 14,28%